



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPEs – LATINDEX
Nº. 19 – Ano X – 05/2021
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Contextualização Histórica, Sócio Econômica e das Formas de Intervenções Públicas do Vale do Jequitinhonha: Um panorama do início dos anos dois mil

Elana Fernandes Araújo

Mestranda em Gestão e Políticas Públicas pela Universidade de Lisboa
Gestora de Processos da Ciência - Fundação para a Ciência e Tecnologia de Lisboa
<http://lattes.cnpq.br/4184149675172274>
E-mail: elanafernandes@gmail.com

Charles Alves de Castro

Doutorando em Business pela Technological University Dublin - Irlanda
Mestre em Marketing pela University of Bari Aldo Moro - Itália
<http://lattes.cnpq.br/7247324327890891>
E-mail: B00139249@mytudublin.ie

Resumo: A mesorregião do Jequitinhonha ou Vale do Jequitinhonha, situada no nordeste de Minas Gerais, é uma região povoada por aproximadamente um milhão de pessoas. Divididas em 51 municípios - somando quase 14,5% do total de municípios do Estado de Minas Gerais - há anos vem se tornando um espaço marcado por diversas formas de exclusão social. Partindo da literatura que busca compreender de que forma as mudanças do papel do Estado Nacional após a década de 1990 condicionaram o direcionamento das políticas públicas, em especial, das políticas de transferência de renda, este trabalho procura buscar evidências das mudanças nos indicadores socioeconômicos dessa região. Este artigo busca entender o panorama do início dos anos dois mil da região, reforçando a análise com o entendimento do seu contexto histórico e regional.

Palavras-chave: Vale do Jequitinhonha. Programas de Transferência de Renda. Indicadores Sócio Econômicos. Desenvolvimento Econômico.

Introdução

A concepção e implementação das políticas públicas foram modificadas no Brasil a partir da década de 1990. Se até o final da década de 1970 prevalecera a ampla participação do Estado planejador e tipicamente desenvolvimentista, cujas políticas públicas tinham um caráter universalista, passou-se, no início dos anos dois mil, a um Estado cuja atuação era mais focalizado em termos do direcionamento das políticas públicas. Essa mudança ideológica, preconizada pelo consenso de Washington deu lugar ao Estado Neoliberal, que se firmou até o final dos anos 2000 (BRESSER, 1997). O Estado Neoliberal surgiu, portanto, encabeçado pela concepção de "livre funcionamento" do mercado alterando todo um contexto, não só econômico, mas também, político e social. Nesse processo de amadurecimento do Estado, houve diversos desafios de ajustes, tanto econômicos quanto políticos, e poucas mudanças no que tange a sua função social e inclusiva.

Apesar de não ser o objetivo deste estudo aprofundar a vasta discussão teórica sobre a transição do estado desenvolvimentista para o neoliberal e, por conseguinte, a mudança no papel do Estado Nacional, o panorama teórico deste artigo será utilizado como pano de fundo para delimitar a problemática do estudo, qual seja, a mudança no papel do Estado refletiu no incentivo econômico do Vale do Jequitinhonha por meio dos programas de transferência de renda. Estes, foi e têm sido importantes para melhorar os indicadores socioeconômicos, todavia, por si só, não serão sustentáveis para encadear efeitos de crescimento mais amplos na região. Mesmo que marginalmente, apresentar parte dessa transição é importante para que seja possível contextualizar a lógica dos programas de transferência de renda, para este trabalho, do Bolsa Família.

É interessante observar que durante e após o período de ajuste econômico, o Estado passou a desenvolver características particulares, mais focalizadas na redução da pobreza e dissociadas de políticas de geração de emprego. COLARES (2008) defende que a concentração populacional nas grandes cidades, a reestruturação industrial e a desigual distribuição das benesses do crescimento econômico, associados à constituição histórica, política e cultural das localidades contribuem para a criação de um novo elenco de problemas e carências.

Portanto, diante desse contexto, os programas de transferência de renda assumiram relevância enquanto estratégia de enfrentamento da pobreza, tendo como eixo central o repasse monetário às famílias, articulado à possibilidade de acesso e inserção a demais serviços sociais nas áreas de educação, saúde, trabalho na perspectiva da autonomização das famílias beneficiárias (Idem, 2008). É nessa perspectiva que este artigo se justifica, por se tratar de um trabalho qualitativo sob um tema importante para a região do Vale do Jequitinhonha para se compreender o contexto histórico e social do papel do Estado, no qual essa região está inserida.

Pelo exposto e considerando o tema principal abordado este artigo procurou realizar uma caracterização histórica e socioeconômica do Vale do Jequitinhonha, a partir da dinâmica dos principais programas de transferência de renda que abrange a região: o Bolsa Família, no sentido de verificar se a forma mais focalizada de indução ao crescimento dessa região conseguiu melhorar os indicadores regionais no início dos anos dois mil.

Metodologia

A metodologia tem como objetivo delinear como esta revisão da literatura foi abordada. O presente artigo pode ser considerado uma abordagem de revisão sistemática. A escolha do antecedente foi feita pela natureza de como o conteúdo foi delineado na revisão da literatura, focando em um tema específico de pesquisa e demonstrando análises -síntese coletadas e discutidas por meio de dados secundários.

A revisão sistemática é uma técnica eficiente para teste de hipóteses e síntese, para resumir os resultados de estudos existentes e para avaliar a consistência entre pesquisas e estudos anteriores (Denyer & Tranfield, 2009).

Assim como, esta revisão de literatura pode ser caracterizada como uma pesquisa de revisão / síntese e descritiva, dentro do campo da pesquisa social, pois integrou informações da pesquisa como um todo, bem como avaliou e comentou as informações coletadas (Savin-Baden & Major, 2013).

A coleta de dados foi estabelecida a partir de algumas etapas e utilizando os critérios listados a seguir:

a) Os artigos e o conteúdo geral foram escolhidos com base na problematização, hipótese e objetivos que motivaram a pesquisa e no enquadramento do tema. Além disso, foram consideradas palavras-chave e frases-chave selecionadas de acordo com o tema principal deste estudo.

b) Assim, foram identificados artigos e estudos relevantes associados a esta pesquisa, bem como foi criada uma pasta denominada “Banco de Dados” para armazenar todos os documentos.

c) Foi avaliada a qualidade de cada estudo coletado, que auxiliou na seleção do melhor material a ser discutido junto a revisão.

d) Além disso, foi criada uma lista em Excel, dessa forma, foi criada uma tabela listando todos os artigos e estudos, classificando-os por suas características, qualidade e efeitos. Portanto, esta etapa resumiu os principais dados coletados.

e) Todos os documentos selecionados foram analisados através do Software NVivo. Os textos foram codificados e agrupados em diferentes categorias seguindo a estrutura organizacional do projeto, que foi dividido em cinco partes, verifique abaixo. A análise proporcionou a visualização dos dados em word cloud e listagem das palavras e termos mais frequentes podendo ser verificado abaixo (Quadro 1 e 2).

f) Interpretar e sintetizar os dados coletados. Esta etapa deu evidências a esta pesquisa, a partir disso foi possível criar discussões e análises. Conseqüentemente, conferindo confiabilidade e validade a este estudo.

O método usado foi importante para demonstrar, explicar e avaliar a literatura atual existente. Além disso, por meio da revisão sistemática, pesquisas anteriores nesta área foram comparadas e contrastadas.

Para cumprir o objetivo proposto, esse estudo foi organizado em cinco partes. A primeira delas compreende a introdução e metodologia seguido da problematização, hipótese e objetivos que motivaram a pesquisa. A segunda trata das mudanças de atuação do Estado Nacional na última década do século XX com o objetivo de, sumariamente, contribuir para o entendimento do contexto pelo qual o Estado modificou a sua forma de planejar as políticas, mais focalizadas. A terceira

Word	Length	Count	Weighted Percentage (%)	Similar Words
jequitinhonha	13	118	0.98	jequitinhonha
estado	6	88	0.73	estado, estados
região	6	71	0.59	região
renda	5	65	0.54	renda
desenvolvimento	15	61	0.51	desenvolvimento
políticas	9	56	0.47	política, políticas
programas	9	53	0.44	programa, programas
social	6	49	0.38	cultural, internacional, liberal, social
transferência	13	42	0.35	transferência, transferências
minas	5	41	0.34	minas
forma	5	37	0.31	forma, formas
econômico	9	36	0.30	econômico, econômicos
família	7	35	0.29	família, famílias
década	6	34	0.28	década, décadas
gerais	6	32	0.27	gerais
brasil	6	31	0.26	brasil
indicadores	11	31	0.26	indicador, indicadores
municípios	10	31	0.26	município, municípios
públicas	8	31	0.26	pública, públicas
pobreza	7	30	0.25	pobreza
sociais	7	30	0.25	sociais
crescimento	11	27	0.23	crescimento
econômica	9	28	0.23	econômica, econômicas
mudanças	8	27	0.23	mudança, mudanças
grandes	7	26	0.22	enormes, grande, grandes
regional	8	51	0.22	capital, green, maria, natal, parte, partes, regional,
agente	6	33	0.21	agente, federal, local
bolsa	5	25	0.21	bolsa
nacional	8	25	0.21	nacional

Problematização

O problema central a ser investigado nesse artigo refere-se a uma análise de que forma a perda da capacidade de planejamento do Estado a partir da década de 1990 interferiu no direcionamento das políticas públicas para o Vale do Jequitinhonha (em especial, no caso do Bolsa Família, principal programa de transferência de renda na região). Foi verificado que, de uma forma geral, apesar dos indicadores socioeconômicos (tais como a redução da mortalidade, redução do desemprego, aumento da renda per capita) terem melhorado, muito se deve aos programas de transferência de renda, incentivados pelo Governo Federal Brasileiro no início dos anos dois mil. No entanto, esta estratégia pode não ser sustentável se

não houve maior articulação das políticas públicas com a retomada do planejamento regional como incentivo ao desenvolvimento produtivo local de maneira contínua e supervisionada.

Hipótese

O presente artigo visa revisitar a experiência brasileira com os programas de transferência de renda no início dos anos dois mil, como por exemplo, o Bolsa Família que adquiriu e vem adquirindo crescente visibilidade internacional, suscitando o interesse de especialistas em política social, por diversas razões. Segundo SOARES (2006), a primeira razão são seus números, já que estaria concedendo de forma regular cerca de 11 milhões de benefícios mensais, cobrindo, portanto, 19,4% do total de domicílios brasileiros em 2007. No entanto, estes números seriam certamente um passivo para o programa caso ele não reunisse uma série de características atraentes de concepção e de operacionalização e, sobretudo, se não tivesse ficado evidente o seu sucesso em termos de focalização: com dispêndio relativamente modesto, que não chega a 1% do PIB, foi possível atingir rapidamente resultados significativos de redução da pobreza e da desigualdade de renda. Estudos mostraram que as transferências realizadas em 2004 foram capazes de reduzir a proporção de pobres, embora este não seja o indicador mais sensível às transferências. Paralelamente, 20% da queda da desigualdade de renda, medida pelo coeficiente de Gini entre 2001 e 2004, deveram-se exclusivamente às novas transferências (Idem, 2006).

Sendo assim, a discussão proposta baseia-se no fato de que as políticas de transferência de renda foram eficientes no desenvolvimento de determinadas regiões no país. Dessa forma, a hipótese desse trabalho é a de que essa renda tenha impactado positivamente nos diversos indicadores sociais da região do Vale do Jequitinhonha no início dos anos dois mil.

Revisão de Literatura

Muitos trabalhos acadêmicos, como Guerreiro 2008, entre outros, demonstram um grande avanço econômico e social da região do Vale do

Jequitinhonha, esse estudo tem como objetivo principal apresentar as inflexões e características da ação do Estado Nacional nessa região com uma perspectiva do início dos anos dois mil, e de que forma essa mudança conformou o desenvolvimento local destes municípios. O desenvolvimento local costuma estar associado às iniciativas que buscam fomentar e destacar os atores locais com o objetivo maior de formular e incentivar alternativas para fazer frente às ações que reduzam as desigualdades regionais e sociais.

MUDANÇAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO NACIONAL

O Estado é uma organização política, administrativa e jurídica que se constitui com a existência de um povo em um território fixo e submetido a uma soberania. A organização se dá essencialmente pelas características comuns desse povo nesse território e se estrutura através de governos que tendem a ser transitórios e gerem a máquina pública.

A gestão do público ocorre através de políticas públicas implantadas pelo governo que possuem capacidade de universalização, coerção e regulamentação e pode adotar medidas que apresentem caráter universal, que possuem maior poder de alcance. Porém, cabe ressaltar que o governo não é o único ator no desenvolvimento e implantação de políticas públicas. Vários atores participam desse processo, como associações, Organizações Não Governamentais (ONGs), empresas, instituições públicas e privadas, entre outros.

Heidemann (2009) acreditava que “não há sociedade sem governo”, portanto, as iniciativas locais por parte da sociedade civil podem ser entendidas como a solução para as situações de subdesenvolvimento de determinadas regiões e uma alternativa encontrada após a adesão de uma nova política baseada no desmantelamento do papel do Estado na década de 1990.

Adotada de forma mundialmente ampla, essa nova forma de gestão estatal apresentou uma diferente caracterização, não só econômica como também política e social.

Partindo da concepção anterior às reformas estruturais da década de 1990 (a qual apregoava a importância da redução do Estado na economia), a concepção desenvolvimentista caracterizaria a função do Estado, como aquele que “exerce um

papel significativo como ator social. As relações institucionais e o papel do Estado devem ser visto conjuntamente com a economia, sendo ambos os lados importantes nas relações capitalistas” (FIORI, 1995).

Para explicar o caso brasileiro, torna-se necessário apresentar as mudanças incorridas pelo Estado Nacional com a crise do Estado Desenvolvimentista até a adesão às premissas do Consenso de Washington e, a partir de então, analisar a ascensão do debate sobre a importância do desenvolvimento local para se pensar em políticas públicas, principalmente nas regiões economicamente mais vulneráveis do país.

Num contexto extremamente complexo de amadurecimento do Estado brasileiro, o desafio está na inovação dessas políticas públicas que permitam a inclusão da população na condição de cidadão digno capaz de tomar suas decisões e contribuir para além do seu desenvolvimento, e sim, num desenvolvimento nacional.

O ESTADO DESENVOLVIMENTISTA

Historicamente, a sobrevivência do capitalismo foi ancorada no Estado quando ocorreu a maior crise financeira: a Crise de 1929 - momento no qual a ação estatal possibilitou a reconstrução econômico-institucional necessária para o restabelecimento do sistema capitalista. Nesse determinado momento da história pode se observar o papel de prevenir e controlar do Estado sistematicamente interagindo com o funcionamento do mercado: definindo e direcionando o funcionamento econômico e político da Nação.

Porém, o perfeito funcionamento do mercado autorregulado torna-se incongruente com a realidade de crises que se vivia mesmo com este apresentando os mesmos objetivos. A conjuntura econômica mundial é altamente variável, tornando o cenário múltiplo e conseqüentemente, complicando o funcionamento do mesmo. Dentro desse contexto é que o Estado surge com papel interventor, garantindo a própria reprodução do sistema econômico (BRESSER, 1997).

Fiori (1995) apresenta o Estado Desenvolvimentista Brasileiro e sua origem propagada pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) com o intuito de aprimorar ações voltadas para a industrialização nacional que, a

partir do fortalecimento do planejamento via Estado em torno dos planos de desenvolvimento, promovesse uma industrialização induzida e acelerada nos países atrasados, permitindo uma maior capacidade de acumulação interna. A CEPAL utilizou uma política conceituando uma relação de Centro-Periferia, na qual os países do Centro produziram bens manufaturados e os países periféricos os bens primários, aprofundando ainda mais as disparidades existentes.

Até 1930, foi observado um liberalismo econômico através dos portos e das atividades agroexportadoras submetidas às regras e políticas liberais da supremacia econômica inglesa e por seu padrão-ouro.

No período de transição para a hegemonia norte-americana no pós 2ª guerra mundial, e como consequência direta da crise de 1929 pode-se observar que as décadas seguintes foram marcadas pelo aprofundamento do papel estatal além da ampliação do Estado Nacional Brasileiro como agente econômico.

Com o Estado Novo na década de 1950, a construção de uma economia nacional adquiriu uma maior consistência e, sobretudo depois de 1950, a industrialização avançou rapidamente através da substituição de importações com forte investimento de capital estrangeiro, transformando as indústrias do setor de bens de capital, de transformação e de indústria de base como dependentes do Estado, formando o “tripé” – Estado, capital nacional e capital internacional (FIORI, 2005).

Esse crescimento brasileiro se apresentou com contradição, devido grande parte de a acumulação permanecer exteriorizada nas grandes nações desenvolvidas, causando uma relação de interdependência entre os países (Fiori, 1995).

Embora haja um caráter de ideários desenvolvimentistas, desde o início de tal processo, na visão de Fiori (1995) que buscava sustentar e reproduzir uma classe já dominante, marcado de interesses sobre bases contraditórias, culminado numa gestão conversadora, na qual a acumulação de capital e da riqueza privada se contradizia com a distribuição de renda e as disparidades sociais.

O Estado tornou-se detentor dos ditames econômicos, com a própria concorrência nessa órbita subordinada à sua lógica: a participação no financiamento

do desenvolvimento desembocou em endividamento externo, que na década de 1980 provocaria o seu próprio esgotamento.

A crise brasileira dos anos 1980, assim como no resto da América Latina, foi combinada com a subida das taxas de juros internacionais, do preço do petróleo, da queda dos preços das commodities, e das restrições ao acesso destes países ao mercado financeiro internacional, principalmente depois da moratória do México em 1982.

Durante “a era desenvolvimentista”, o Estado se apresentou decisivo ao mesmo tempo em que lutava contra as pressões externas que o apresentaram a nova conjuntura mundial, que trazia consigo a esperança para a crise em que o país se encontrava submerso, abrindo as portas, portanto, para a globalização (BRESSER, 1997).

O início dos anos 1990 marca o fim da “era desenvolvimentista”. Observa-se, portanto, que até no final desse período uma rede de grandes empresas e instituições produtivas havia sido criada pelo Estado. Num balanço objetivo desde a década de 1950, a economia cresceu. No entanto, nem todo esse caráter desenvolvimentista foi capaz de suplantar as desigualdades presentes na nossa sociedade. Em quase todo seu contexto, o Brasil foi governado por forças conservadoras, sustentada num acordo político heterogêneo e sob um período militar construindo uma economia industrial diversificada.

Há uma diversa literatura que tenta explicar a crise do Estado desenvolvimentista: como Beluzzo e Almeida (2002) que analisaram a crise do Estado desenvolvimentista a partir de uma análise keynesiana, na qual expectativas de longo prazo e incerteza radical paralisando e negando novos fluxos de investimento. Ou como apresenta Fernando Henrique Cardoso (1993) que acredita que a crise desse modelo seria fruto de um processo histórico estrutural de dependência (noção de cunho marxista) e exclusão, porém com brechas para possível uma conciliação e uniformização de interesses.

Diferentes em diversos aspectos, porém comum no ponto em que se apresentam como "justificativas" para a concepção de Estado "neoliberal" que vigoraria no país a partir da década de 1990.

A transformação do papel do Estado brasileira se apresentou contextualizada com o que ocorria de forma ampla no mundo. Estados Unidos e Inglaterra começaram a vigorar com políticas de privatizações, aberturas financeiras, e a concepção ideológica de mínima participação estatal.

O ESTADO NEOLIBERAL

A nova concepção do Estado ocorre em cima das críticas formuladas ao modelo desenvolvimentista de atuação. O novo modelo, assim, pautar-se-ia exatamente no objetivo de sanar essas deficiências: sem a excessiva proteção do Estado, a concorrência seria o meio para obter maior produtividade.

A crise da dívida externa insurgente no início da década de 1980 acabou provocando algumas consequências fundamentais: a ascensão da inflação e a estagnação econômica.

A renegociação das dívidas nacionais consolidou a nova estratégia econômica dos Estados Unidos. Fiori (2005) menciona que as “condicionalidades” impostas aos devedores transformaram-se na chave do seu reingresso e dependência do sistema financeiro internacional. Paralelamente com essas transformações econômicas, ocorriam mudanças políticas que foram pautadas na formulação do Consenso de Washington (em 1989), que se caracterizou como um baluarte da crítica ao modelo desenvolvimentista, indicando aos países da periferia latino-americana a concepção que tinham do mau funcionamento desse modelo e a necessidade de reformas liberalizantes que serviriam de base para o pensamento neoliberal no continente.

As premissas do Consenso de Washington, proposto por Williamson (1990) e suas recomendações podem ser caracterizadas, sob o ponto de vista das políticas macroeconômicas, em: austeridade fiscal e disciplina monetária; exigência de um programa de corte de gastos e de implantação de reformas administrativas, previdenciárias e fiscais. Sob a perspectiva microeconômica: aumentar a competitividade no mercado internacional – eliminando políticas de proteção e subsídio. A terceira ordem era fazendo referência ao modelo de industrialização. Segundo tal Consenso, as principais reformas estruturais e institucionais, propunham:

- a) Desregulação dos mercados financeiro e do trabalho;
- b) Privatização das empresas e dos serviços públicos;
- c) Abertura comercial;
- d) Garantia do direito de propriedade dos estrangeiros, sobretudo nas zonas de fronteira tecnológica e dos novos serviços;

O Consenso ditaria e moldaria grande parte das transformações do continente latino-americano. Parcela significativa da burguesia desses países, a partir dessas mudanças, encontraria uma forma de preservar seus interesses, cuja manutenção foi abalada juntamente com a crise do Estado.

O Brasil apresentou em 1990 um período de reformas listadas como: abertura econômica - em termos comerciais ou em termos de captação de recursos e regulação do sistema financeiro, estabilização de preços e privatizações. A abertura comercial se caracterizou pela total eliminação das barreiras não tarifárias e forte redução das tarifas, processo que pautou as mudanças na estrutura produtiva e na inserção externa do país, impactando nas pautas de exportação e importação do país. A abertura financeira se mostrou mais intensa, com resultados que não seguiram o padrão previamente esperado. Com a situação econômica ainda inconstante que se agrava mais com uma crise nacional de desemprego que atingiu diversos municípios que haviam recebido verbas para implantação de políticas públicas, porém que sofrem com o dilema de não conseguir gerar empregos para a população. (CARNEIRO, 2006).

O desempenho econômico do país ajuda a entender a pressão pela mudança na forma de atuação do Estado. E o Governo, pressionado pelas diretrizes do Consenso de Washington, e pelo agravamento do desemprego, eminências constantes de crises monetárias e financeiras, maior vulnerabilidade do capital externo, diversas estratégias de ajustes cambiais e fiscais consolida uma política econômica e social “voltada para o mercado”, apoiando os competidores já formados, ao invés de do aumento da capacidade produtiva e de emprego.

A adoção da política neoliberal marcou significativas mudanças nas políticas e na forma de gestão da política vigente. A chegada da década de 2000 trouxe consigo o insucesso do modelo neoliberal. Este propiciou mudanças e crescimento

para as elites econômicas e políticas e afastou ainda mais de uma economia e sociedade nacional.

Por um lado, o contexto de instabilidade macroeconômica gerou redução significativa da carga tributária, além das receitas financeiras e, por outro lado, aumento da pressão por políticas sociais, principalmente por conta da expansão do desemprego. Fazendo, portanto, surgir nos discursos e nas práticas uma visão de desenvolvimento local sem maior embasamento social como resposta à crise do emprego e a perda do dinamismo econômico, reduzindo-se muitas vezes somente à geração de emprego e de renda no local.

É interessante observar como a transformação geral de Estado desenvolvimentista para Estado neoliberal não se deu, no Brasil, por uma radical mudança nos interesses privilegiados e nos atores governantes do cenário nacional. Na verdade, embora o desenvolvimento tenha um caráter de transformação, principalmente de cunho social, o Estado conformado a partir desse princípio foi resultado de uma elite dominante e nem um pouco revolucionária, preservando os interesses dos mesmos e havendo uma manutenção de estrutura de classes.

Tornou-se então, com o novo ideário liberal, buscar alternativas para financiar o desenvolvimento. Desenvolvimento que se tornou a solução para a maioria dessas desigualdades sociais, tanto a nível local como global através de iniciativas e políticas realizadas por governo, setor privado e sociedades civis.

VALE DO JEQUITINHONHA: SUA HISTÓRIA E SUA REGIÃO

No nordeste do Estado de Minas, a mesorregião do Jequitinhonha se localiza numa área de aproximadamente 79 mil km² e com uma população de aproximadamente 980 mil habitantes. É composto hoje, por 75 municípios, dos quais 52 estão organizados nas microrregiões de Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha.

O Alto Jequitinhonha, microrregião encravada na Serra do Espinhaço compreende 19 municípios: Angelândia, Aricanduva, Capelinha, Carbonita, Chapada do Norte, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Gouveia (Gouvêa), Itamarandiba, Leme do Prado, Minas Novas, Presidente Kubitschek, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves, Serro, Turmalina e Veredinha (IBGE, 2013).

Por sua vez, a microrregião do Médio Jequitinhonha é composta por 17: Araçuaí, Berilo, Cachoeira de Pajeú, Carai, Comercinho, Coronel Murta, Francisco Badaró, Itaobim, Itinga, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Medina, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Pedra Azul, Ponto dos Volantes e Virgem da Lapa.

Já o Baixo Jequitinhonha possui 16 municípios: Almenara, Bandeira, Divisópolis, Felisburgo, Jacinto, Joáima, Jordânia, Mata Verde, Monte Formoso, Palmópolis, Rio do Prado, Rubim, Salto da Divisa, Santa Maria do Salto, Santo Antônio do Jacinto (IBGE, 2013).

Minas Gerais experimentou ao longo do século XX quatro propostas de divisão inter-regional: 1955, 1962, 1972 e 1993. Na divisão de 1955, o Vale do Jequitinhonha dividia-se em quatro regiões: Alto Jequitinhonha; Médio Jequitinhonha; Médio-Baixo Jequitinhonha e Itacambira. Por sua vez, a proposta de 1962, reorganizou a região do Vale do Jequitinhonha em Alto Jequitinhonha, Médio Jequitinhonha e sub-região de Itacambira, com a inclusão de alguns municípios hoje pertencentes a outras regiões do estado. Em 1968, outra proposta de divisão regional para o estado de Minas Gerais foi estabelecida pelo IBGE. Pautada na articulação inter-regional e na dinâmica socioeconômica as Microrregiões Homogêneas (MRH) reeditam a divisão do Vale do Jequitinhonha, constituído então pelas microrregiões do Alto Rio Pardo, Mineradora do Alto Jequitinhonha e Mineradora de Diamantina. Em 1972, a organização espacial do Jequitinhonha pouco se alterou em relação à anterior, o que também se observou na proposta de 1993, exceto pela inclusão da chamada “Área da SUDENE”, que comportava os grandes municípios mais ao norte da bacia, pertencentes também à bacia do Rio Pardo e a antigos integrantes da área mineira da SUDENE (MATOS, 1999).

Em 1990 a denominação Microrregiões Homogêneas (MRH), deu lugar ao conceito de Microrregiões Geográficas, unidades fundamentais das Mesorregiões Geográficas, a saber, uma: área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional (IBGE, 1990).

Dessa forma, o Vale passa a pertencer à Mesorregião do Jequitinhonha, perdendo municípios para a Mesorregião do Norte de Minas. Contudo, nos anos de 1992 e 1995 novos municípios foram criados e acrescidos à mesorregião por causa de emancipações. Nota-se uma dificuldade no estabelecimento de uma regionalização unívoca do Vale do Jequitinhonha, talvez por se tratar de um espaço heterogêneo, permeado por interesses públicos e privado.

De acordo com o Diagnóstico Ambiental da Bacia do Rio Jequitinhonha feito pelo IBGE: essa região compreende características climáticas que vão do clima semiárido a úmido, com totais pluviométricos anuais compreendidos entre 600 mm e 1600 mm, distribuídos irregularmente ao longo do ano. As chuvas concentram-se no período de outubro a março.

Segundo dados do IBGE tabulados pela CEDEPLAR elaborados por AUGUSTO (2007), do número total de emigrantes (29.279) originários do Vale do Jequitinhonha no período entre 1986/1991, 21.073 se destinaram ao Estado de São Paulo. Para Margarida Maria Moura (1988), a dupla expropriação do pequeno lavrador em relação ao campo, ora pelos fazendeiros, ora pelas empresas florestais, explica em parte a situação atual pela qual atravessa o Vale do Jequitinhonha, não que ela seja totalmente responsável por esta condição, mas sua parcela de responsabilidade é significativa e relevante, e continua a impulsionar o processo migratório dessa região. Completa, portanto dizendo que a pobreza do Vale “é fruto de transformações que ocorrem, especialmente, na esfera das relações de produção, além da violência simbólica, material e física que caracteriza seu cotidiano”.

O histórico do Vale não possui registros contínuos – apresentam-se enormes períodos de tempo sem registro que dificultam a visão do processo de desenvolvimento dessa região. Justamente por esses períodos de silêncio, é que o Vale do Jequitinhonha foi considerado, pelas repartições estaduais, “área de pobreza absoluta e estagnação secular”, tornando-se, assim, para o poder público, “uma ferida de subdesenvolvimento em Minas Gerais” (MOURA, 1988).

Contudo, é preciso ressaltar que em virtude da modernização agrícola, levada a cabo ao Estado, houve a introdução de políticas públicas como, por exemplo, a de

mais de 500 mil hectares de terra que foram entregues às grandes companhias de reflorestamento (MOURA, 1988).

AS PRIMEIRAS FORMAS DE INTERVENÇÕES NAS ATIVIDADES SOCIO-ECONÔMICAS DO VALE

As políticas públicas devem atender à melhoria da qualidade de vida, ao desenvolvimento de cidadania e ao atendimento de outras necessidades e desejos dos sujeitos sociais. Alves (1998) estabelece quatro premissas básicas ao conceituar o que seja uma política pública ou social: Em primeiro lugar ele defende que uma política pública deva constituir-se em um processo de trabalho onde haja objetivos de mudança de qualidade e metodologia fundamentada na participação grupal ou coletiva; a seguir diz que ela tem que ser balizada em "procedimentos e ações capazes de produzir um amplo processo de interlocução e atingimento de objetivos que considerem a criação simbólica das pessoas e instituições envolvidas"; ela deve abranger, "necessariamente, ações produtoras, difusoras e consumidoras de bens socioculturais" e; finalmente deve-se supor "as políticas de ênfase mercadológica, como alternativas preocupadas com as mudanças políticas da sociedade, ou educacionais, bem como religiosas e comunitárias, exigindo dos analistas, intérpretes e gestores a adequada adaptação do seu procedimento crítico" na "localização, avaliação e superação de deficiências".

A imagem do Vale do Jequitinhonha está relacionada principalmente há de uma região atrasada dentro de um modelo hegemônico de desenvolvimento, pois se configura como uma região de industrialização ainda tardia, ausente de mercado consumidor e com baixa variedade de matérias primas, além de poder atribuir a região a característica de "explorada" por diversas décadas.

De certa forma, é possível pensar em como se deu a formação dessa identidade regional de que o Vale do Jequitinhonha é "um sertão feito de ausências e carências". (LIMA, 2006, p. 3).

Somente com a incorporação da mesorregião à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a partir de 1960, é que voltará a ser alvo de interesse.

Dos anos 1960 aos 2000 o Jequitinhonha foi alvo de programas de desenvolvimento rural e de inclusão social. A cada aflição numa seca, a cada estatística escabrosa, a cada mudança de governo estadual ou federal, eram propostas novas intervenções públicas. Para isso foi criada a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale), abertas linhas de crédito rural e criados programas de apoio ao reflorestamento.

A CODEVALE se apresentaria como uma das institucionalidades que mais apoiara a entrada das entidades de reflorestamento na região, e negligenciaram o fato de que estes investimentos geraram a corrosão da estrutura tradicional, empobrecendo os sistemas ecológicos e reproduzindo o processo de desigualdade. (RAMALHO e DOULA, 2009).

Portanto, a CODEVALE foi um fracasso. Perdida entre a falta de recursos públicos e a corrupção de políticos, a população da região resumiu sua trajetória numa frase: "Nem aCode [ninguém], nem Vale [muita coisa]". (RIBEIRO, 2007).

Surge-se então o estigma da pobreza do Vale "que ocorrem, especialmente, na esfera das relações de produção, além da violência simbólica, material e física que caracteriza seu cotidiano. Dessa maneira, é possível pensar num processo de empobrecimento dessa região, o que, de certa forma, desencadeou a formação de uma identidade regional - a região do Vale do Jequitinhonha - construída sob o signo da carência, do abandono e do subdesenvolvimento persistente". (RIBEIRO, 1993).

A partir então da década de 1970, os estudos para o planejamento destacaram os baixos níveis relativos dos indicadores socioeconômicos da região e passou a ser tornar destino natural de programas compensatórios que vão ser explorados.

A produção de café no Vale do Jequitinhonha, portanto, se intensificou a partir do reflexo de subsídios e políticas de incentivo adotadas pelo Governo Federal. NUNES (2001) explica que por meio do Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais, aprovado nesse mesmo ano, o governo federal iniciou a concessão de linhas de crédito, a partir de então, vai sendo gestada uma nova identidade regional. Conforme nos relata Ricardo Ribeiro (1993), o Vale do Jequitinhonha, enquanto região, "é uma construção recente que concorre com outros ainda presentes no imaginário social". Para ele, essa "nova identidade" - região do Vale do

Jequitinhonha - “que tenta substituir outras identidades é construída sobre a imagem das carências socioeconômicas do ‘Vale da Miséria’, que fundamentam as sucessivas propostas de desenvolvimento regional que permitiriam o surgimento do Vale da Esperança” .

No Jequitinhonha, o café fez parte de uma dinâmica de implantação de grandes lavouras de café que se apresentava relacionado com um plano de reestruturação produtiva preconizada pela modernização da agricultura em Minas Gerais. Nesse sentido, o café contou com os Planos Mineiros de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES), em nível estadual, e com o Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais (PRRC), implantado em nível nacional entre os anos 1960 e 1975.

DIAS e HORTA (2002) observou que para permitir a recuperação da cafeicultura no estado, foram realizados investimentos em pesquisa, assistência técnica, infraestrutura energética, rodoviária e de armazenamento, além do barateamento do crédito com vistas a impulsionar a especialização produtiva, como no caso do café e do eucalipto.

As medidas visavam, em especial, romper com o “isolamento geoeconômico” do Vale do Jequitinhonha, através de melhorias na infraestrutura básica que tornassem a região atraente à penetração de capital e ao aproveitamento do contingente de terra e mão de obra disponível. Com o slogan “café do cerrado”, a cafeicultura no Vale passa a se destacar em municípios como Capelinha, município que abrigava cafeicultores vindos do Sul de Minas, responsáveis pelas primeiras lavouras da década de 1970 com o apoio do extinto Instituto Brasileiro de Café (IBC) (NUNES, 2001).

Os resultados da silvicultura de eucalipto e dos efeitos da cafeicultura na região são os mesmos: adotaram medidas que estimulassem a expansão dessas produções, o que intensificou a concentração de terra na região e promoveu abruptas mudanças nas relações de trabalho – resultando num processo de assalariamento, além de ganhos de produtividade.

A década de 1970 foi marcada principalmente por esse desenvolvimentismo do regime militar, caracterizado pelo incentivo a grandes projetos, justificados pela necessidade de crescimento econômico. Durante esse regime, o bioma Cerrado,

considerado na época como um grande “vazio”, sofreu uma ocupação intensiva, que ficou conhecida como Revolução Verde.

No Vale do Jequitinhonha, então região “vazia” e que apresentava uma extensa vegetação de Cerrado, foi introduzida a monocultura de eucalipto, motivada pela política de incentivos fiscais, como o crédito rural¹⁶, concedidos pelo governo, para o abastecimento da siderurgia a carvão vegetal e da indústria de papel e celulose. (Calixto, 2006).

Minas Gerais foi o Estado no qual essa política de reflorestamento apresentou maior impacto, pois, o objetivo principal dos reflorestamentos era a produção de carvão vegetal visando o abastecimento da indústria siderúrgica nacional que se encontrava em maior número no Estado de Minas, fazendo com que também o governo do Estado criasse medidas para incentivar o reflorestamento em que uma delas fora a criação de Distritos Florestais.

Uma das justificativas para definir o Vale do Jequitinhonha como Distrito Florestal foi “o objetivo de integrá-lo ao padrão de crescimento econômico de Minas Gerais, com programas que pretendiam acelerar o incremento da renda e do emprego, através do incentivo, da coordenação e do planejamento para melhor aproveitamento da área” (IEF, 1975).

Nessa época, grande parte do cerrado foi substituída pela monocultura do eucalipto o que, de certa forma, rompeu com o sistema “grota-chapada”, restringindo os camponeses às áreas de grotas (terras baixas), “as quais, sozinhas, não tinham condições de suprir as necessidades básicas das famílias” que viviam nessa área. (RIOS - NETO e VIEIRA, 1989).

A privatização das áreas comuns do Jequitinhonha foi facilitada pela ausência de documentos que comprovassem a sua posse pelas comunidades locais, o que fez com que as terras fossem consideradas como devolutas. A situação das terras, aliada à crença geral da época de que a única serventia das áreas planas de Cerrado seria a agricultura intensiva e monocultora, fez com que o reflorestamento de eucalipto fosse incentivado na região, considerada de excelente “vocação florestal”. (RIBEIRO, 2007).

A questão do reflorestamento envolve discussões a respeito de impactos sociais, econômicos e ambientais. Dessa forma, pode se observar que uma serie de

problemas socioeconômicos foram agravados a partir dessa forma de “desenvolvimento” apresentada pelo Estado Nacional.

As ações governamentais de cunho intervencionista privilegiavam grandes empresas rurais, representantes da “modernização conservadora”, que se pautavam pela racionalidade produtivista, pela acumulação de capital e espoliação ambiental. MATOS (1999) destaca que as mudanças na dinâmica econômica inter-regional não resultaram em um crescimento econômico sustentado. No Alto e Médio Jequitinhonha, a incorporação da cafeicultura moderna, instalada em grandes extensões de terra, juntamente com o plantio de florestas de eucalipto, cuja madeira era destinada à produção de carvão vegetal, matéria prima que em tese substituiria o coque ou carvão mineral nas siderúrgicas mineiras, não só reorganizou a dinâmica econômica local, como também desarticulou as pequenas propriedades, de baixa produtividade.

A introdução dessas “lavouras empresariais” serviu para acentuar as disparidades sociais inter-regionais, o que contrasta com os argumentos governamentais e órgãos competentes, que salientavam a importância da ocupação produtiva das terras do Jequitinhonha como forma de promoção do desenvolvimento e diminuição das disparidades econômicas locais.

Por último, a pecuária bovina apresentou uma secundária, porém não menos importante forma de desenvolvimento da região.

Os municípios de Jequitinhonha, Almenara, Salto da Divisa, Joáima, Araçuaí, Salinas, no Médio e Baixo Jequitinhonha, tiveram suas origens associadas ao surgimento de fazendas de criação de gado. Na virada do século XIX para o XX, o maior centro pecuarista da região era o município de Pedra Azul, cuja origem relaciona-se aos deslocamentos populacionais do norte de Minas e sul da Bahia (SOUZA, 2010).

Já no início do século XX, a pecuária atraiu para o Baixo Jequitinhonha grande quantidade de migrantes, motivados pela expansão das áreas de pastagem na região, assim como pela introdução de novas espécies de gado, como o Nelore, principalmente no município de Almenara, onde se encontram, nos dias atuais, o maior número de cabeças de gado da região do Baixo Jequitinhonha (NUNES, 2001).

Atualmente, a participação relativa no total da produção pecuária de bovino em Minas Gerais é pequena. Segundo o CENSO agropecuário de 2006: a região participa com apenas 5,3% do total do efetivo bovino presente no estado, no entanto, em termos de participação relativa de cada microrregião no total de cabeças referentes À mesorregião do Jequitinhonha, observa-se que o Baixo Jequitinhonha como referencia, demonstrando a relevância da atividade na ocupação histórica local.

Uma análise das principais atividades econômicas do Vale do Jequitinhonha nos fornece à compreensão e evidencia os fatos que culminaram na ascensão e declínio econômico da região. Demonstra-se, portanto, como a redução da disponibilidade dos recursos minerais serviu de estímulo ao crescimento das atividades produtivas até então suplementares à mineração: a agricultura e a pecuária bovina.

No decorrer dos séculos XVIII e XIX o Vale do Jequitinhonha registrou como principal ciclo econômico o extrativismo mineral, que fomentou o desenvolvimento de atividades econômicas complementares. A mineração possibilitou o afloramento da incipiente agricultura de subsistência, de baixa produtividade, que abastecia com alimentos os centros urbanos do Alto Jequitinhonha. A pecuária extensiva emergiu no cenário regional, como a atividade capaz de canalizar os investimentos oriundos da desarticulação da atividade mineradora (MEDEIROS, 1992).

No começo da década de 1970, os cerrados das chapadas dão lugar à silvicultura do eucalipto, financiada pelos capitais industriais do Centro-Sul de Minas Gerais, onde se localiza o polo siderúrgico mineiro, mercado potencial para o carvão vegetal produzido no Vale. Paralelamente, a cafeicultura com base em tecnologia moderna avançava pelo Vale, estimulada pelo Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC) e pela disponibilidade de microclimas favoráveis na região (MEDEIROS, 1992).

As três atividades: pecuária bovina, silvicultura do eucalipto e cafeicultura, ainda representam as principais fontes de riqueza do meio rural no Vale do Jequitinhonha, como MIRANDA (2013) apresenta segundo o Censo Agropecuário 2006 nos três próximos parágrafos e nos mapas que se seguem:

Em 1995, a pecuária, a cafeicultura e a silvicultura do eucalipto somadas ocupavam 35,7% de toda a extensão territorial do Vale do Jequitinhonha, o que representava 1.854.134 hectares. Já em 2006, as terras alocadas nessas três atividades respondiam por 40,2% de todo o Vale do Jequitinhonha, ou 2.085.035 hectares. Esse crescimento, entretanto, foi desigual entre as atividades. A cafeicultura obteve o maior crescimento entre 1995 e 2006 (IBGE). As lavouras se expandiram 12,5% entre um ano e outro. Curiosamente, as lavouras de café foram as que ocuparam menor proporção de terras no ano de 2006, se comparado à pecuária e à silvicultura (aproximadamente 339 km²).

Em todo o Vale, a área ocupada pela silvicultura do eucalipto cresceu apenas 1,6% entre 1995 e 2006. Ao passo que, neste ano, a área correspondente aos eucaliptos se encontrava na casa de 1632 km², as áreas relativas à produção cafeeira e à pecuária eram, respectivamente, de 339 km² e 18.880 km². A elevada participação das outras atividades econômicas no Vale, a dizer as que se vinculam principalmente ao pequeno produtor e à produção de alimentos confirma a expectativa de que mesmo com o avanço das atividades empresariais de elevada incorporação de capital, são as pequenas lavouras as responsáveis pela maior ocupação de terras do Jequitinhonha. Associada à mineração, a categoria outros ocupava uma área 30.847 km² em 2006 (IBGE, 2020).

Com 52 municípios, o Vale de Jequitinhonha respondeu em 2008 por aproximadamente 1,17% do PIB mineiro, com o valor de aproximadamente R\$2.874.231,000 (IBGE). Desse total, 15,4% foram fornecidos pela atividade agropecuária, principalmente por meio do cultivo de café, eucalipto e pela criação bovina. O café e o eucalipto se inseriram na dinâmica de modernização agrícola levada a cabo no Jequitinhonha desde os anos 1970, responsável pela desarticulação da produção familiar e pela incorporação de grandes extensões de terra, desencadeando intenso processo de concentração fundiária e expropriação. Além disso, a bovinocultura esteve presente durante toda a história do Vale e mantém até os dias atuais o baixo nível técnico, sendo destaque na economia da maioria dos municípios locais.

Os municípios que respondem pelos maiores percentuais de suas áreas ocupadas com café estão localizados no Alto Jequitinhonha, destacando os

municípios de Angelândia 26,62% em 2006, Capelinha 9,29% em 1995 e 9,15% em 2006 e Presidente Kubitschek, que tinha 16,33% e 4,48% de sua área ocupada com café. No Médio Jequitinhonha essa concentração não se repete na divisa com o sertão baiano, em virtude do clima semiárido (IBGE, 2020).

A forma de desenvolvimento que foi implantada na região é a mesma concepção difundida mundialmente na segunda metade do século XX do desenvolvimento como produto de investimentos na industrialização e no aumento da renda nacional.

O desenvolvimento e o crescimento econômico de um país, região ou localidade, necessita incorporar indicadores sociais para que se viabilizem as análises qualitativas da realidade local. Os estudos elaborados sobre a realidade econômica do Vale, em geral, ainda mostram que os grandes desafios regionais ainda estão relacionados à pobreza, à desigualdade social, ao desemprego, e à intensa emigração. As perspectivas de melhora dessa situação, ainda segundo esses mesmos estudos, passariam necessariamente por investimentos públicos que promovessem avanços quanto ao quadro de estagnação econômica persistente nessa mesorregião mineira.

A DINÂMICA ECONÔMICA DO JEQUITINHONHA E OS PROGRAMAS SOCIAIS

Para a avaliação de desenvolvimento econômico e social de determinada região se utiliza, em geral, indicadores sociais e econômicos para mensurar elementos como pobreza, renda, analfabetismo e entre outros. Os usos desses indicadores possibilitam a análise da realidade social para que se possam direcionar as políticas públicas, entre outros meios, através de programas de transferência de renda apropriadas.

Observou-se que após a guerra fria, uma crise econômica e social na humanidade que empobreceu diversos setores da população mundial e foi agravado com o aumento do desemprego, marcado fortemente pela crise da dívida externa da década de 1980 e a imposição de reformas econômicas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial.

SILVA E SILVA (2004) acreditavam que essa “nova ordem mundial” com caráter de ajuste econômico, apresentou uma maior concentração populacional nas

grandes cidades, uma reestruturação industrial e uma desigual distribuição do crescimento econômico contribuindo, portanto, para a criação de um novo elenco de problemas e carências ligados à insegurança pessoal, à violência urbana e a grupos mais vulneráveis.

No caso brasileiro, o Mapa da Exclusão Social no Brasil indica que 41,6% das cidades apresentaram os piores resultados no que se refere à exclusão social, sendo a grande maioria situada nas Regiões Norte e Nordeste (POCHMANN; AMORIM, 2003). A exclusão mostra-se intensa e generalizada, com poucos 'acampamentos' de inclusão social, pontuando uma realidade marcada pela pobreza e pela fome, que atinge famílias extensas, jovens, população pouco instruída e sem experiências assalariada formal (POCHMANN; AMORIM, 2003).

Utilizando-se do Censo Demográfico de 2000 e adotando como critério uma renda de R\$ 60,00 per capita como definidor da Linha de Pobreza, calcula que 35% da população brasileira vivem em extrema pobreza, equivalendo 57,7 milhões de pessoas, sendo as Regiões Norte e Nordeste as de maior concentração da pobreza extrema, abrigando 13,8 milhões de pessoas nessa situação (INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA – FGV, 2001).

Portanto, é nesse contexto econômico nacional que os programas de transferência de renda ganham força para enfrentamento da pobreza – tendo como eixo central o repasse monetário às famílias, esperando se que, com essa forma de gestão, se diminua as disparidades de acesso a serviços sociais como educação, saúde, trabalho, etc.

SILVA E SILVA et al (2004) também apresenta os programas de transferência de renda como “possibilidade de solução para a crise do desemprego, e o enfrentamento da pobreza, sendo defendidos por políticos, organizações sociais e estudiosos das questões sociais de diferentes matizes teóricas”.

Os Programas de Transferência de Renda ganham notoriedade no país a partir de 1991, através do Projeto de Lei nº 80/1991, apresentado e aprovado no Senado Federal pelo senador Eduardo Suplicy. O projeto em foco propunha a instituição do PGRM: o Programa de Garantia de Renda Mínima, para beneficiar todos os brasileiros residentes no país, maiores de 25 anos de idade com renda que

correspondesse hoje em média a 1,5 salários mínimos. Suplicy apud Silva (2004) reconhece nos Programas de Transferência de Renda a “possibilidade concreta, simples e objetiva de garantia do direito mais elementar do ser humano, o direito à vida, mediante uma justa participação na riqueza socialmente produzida”. (SILVA E SILVA 2004).

Ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2001, foram ampliados os programas federais com a criação do Programa Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, prioritariamente, aos bolsões de miséria das Regiões Norte e Nordeste, posteriormente estendido para outros Estados, com municípios com IDH inferior a 0,500. Essa ação do governo intensificou os debates em defesa de uma Renda de Cidadania, para todos os brasileiros.

Em 2003 se inicia o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva que, propõe-se a enfrentar a fome e a pobreza no país. Para isso, anuncia como sua principal estratégia o “Fome Zero”, propondo superar a falta de políticas de geração de emprego e renda; o desemprego crescente e a concentração de renda enquanto determinantes do baixo consumo de alimentos e, conseqüentemente, da expansão da pobreza (SILVA, 2003).

No âmbito do “Fome Zero”, os Programas de Transferência de Renda assumem cada vez mais a centralidade para o enfrentamento da pobreza, destacando-se, o Bolsa Família - instituído pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, posteriormente convertida na Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, como o maior Programa dessa natureza.

Iniciando por um processo de unificação dos programas federais de transferência de renda: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale Gás e Cartão-Alimentação, envolvendo recursos financeiros de R\$ 4,3 bilhões para o ano de 2003 e de 5,3 bilhões em 2004. O Bolsa-Família, novo programa, previa o atendimento de 3,6 milhões de famílias, em 2003 e alcançando em média 11,0 milhões de famílias em março de 2010.

JESUS (2012) aponta que uma das marcas indeléveis desses tipos de programas tem sido o caráter liberal, o qual se restringe a parâmetros compensatórios, deixando de lado a perspectiva distributiva e de superação da desigualdade social.

Em janeiro de 2004, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em substituição ao Ministério da Assistência Social e o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, passando os Programas de Transferência de Renda a serem coordenados por este ministério por intermédio da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC.

Para Silva e Silva (2006) os Programas de Transferência de Renda no Brasil:

“(...) são marcados, por grandes inovações: a implementação descentralizada desses Programas; a transferência monetária direta para os beneficiários; a admissão da Família enquanto unidade de atenção social; a unificação dos programas; a proposta de articulação de políticas compensatórias com políticas estruturantes e a obrigatoriedade do cumprimento de condicionalidades por parte dos beneficiários, o que imprimiu ao Sistema Brasileiro de Proteção Social novo padrão, novo conteúdo, nova dinâmica, mas também novos desafios...”.

O Bolsa Família é considerado uma inovação por se propor a proteger o grupo familiar como um todo, representado pela mãe; pela elevação do valor monetário do benefício; pela simplificação e pela elevação de recursos destinados a programas dessa natureza. Destina-se a famílias com renda familiar inferior a R\$77 reais mensais.

A transferência monetária concedida pelo Bolsa Família é associada ao desenvolvimento de outras ações como alfabetização, capacitação profissional, apoio à agricultura familiar, geração de ocupação e renda e microcrédito, acesso à educação e a serviços de saúde para os filhos, atribuído relevância ao que denomina contrapartidas ou condicionalidades a serem cumpridas por parte das famílias beneficiárias, destacando-se a manutenção de filhos em idade escolar na escola; frequência regular de crianças de 0 a 6 anos de idade aos postos de saúde, com a manutenção do cartão de vacinas atualizado; frequência de mulheres gestantes aos exames de rotina; retorno de adultos analfabetos à escola, além da participação de todas as famílias em ações de educação alimentar quando oferecidas pelo Governo.

Foi fixado como meta em 2003 o atendimento de 3,6 milhões de famílias, com aplicação de recursos no valor de 4,3 bilhões de reais, com previsão de um

investimento de 5,3 bilhões em 2004. Até 2006, devem ser atendidas 11,4 milhões de famílias, representando cerca de 50 milhões de pessoas, aproximadamente o universo de pessoas em situação de pobreza no país. Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, de 2013, mostram que, em quase uma década, 1,69 milhão de famílias de beneficiários do Bolsa Família saíram espontaneamente do programa, depois de declarar que tinham renda familiar acima do limite permitido, que é de R\$ 140 mensais por pessoa. (MDS, 2014).

O ENTENDIMENTO DO VALE DO JEQUITINHONHA PELOS SEUS INDICADORES

Os indicadores amparam as análises sociais e econômicas de uma determinada região, dando base para a formulação de conceitos, como no caso do Vale do Jequitinhonha, o de estigma de “região de miséria” que carrega desde a década de 1950 e 1960, quando consideravam a renda per capita o instrumento de medida de “desenvolvimento” de determinada área.

Com o tempo, os estudos que buscavam aferir o nível de desenvolvimento de um país, região ou localidade, passaram a incorporar indicadores que viabilizassem também análises qualitativas da realidade social. Entretanto, mesmo com o ganho teórico - metodológico, os indicadores sociais e econômicos expuseram suas fragilidades epistemológicas, principalmente por considerarem pobreza como situação na qual as necessidades de certo grupo social não são atendidas de forma adequada e por definirem de forma arbitrária o que vem a ser pobreza para a realidade social em análise. (ROCHA, 2003)

Acredita-se, que a análise centrada nos indicadores são os instrumentos fundamentais para entender o desenvolvimento. Os indicadores demográficos e econômicos escolhidos para o Vale do Jequitinhonha visa expor as bases aqui levantadas, isto é, conduzir a alguns determinantes da realidade local para então como apresenta MIRANDA (2013) “dar consistência à análise das dicotomias ali presentes, estagnação/dinamismo, pobreza/riqueza, modernidade/atraso, campo/cidade, familiar/empresarial, entre outras”.

A taxa de crescimento demográfico é um indicador intrinsecamente ligado à taxa de natalidade e mortalidade, mas também às migrações. O cálculo desse crescimento tem importante aplicação na formulação de políticas públicas, uma vez

que “permite estimar a taxa de expansão requerida dos diversos serviços e equipamentos sociais a serem disponibilizados à população em geral” (JANNUZZI, 2009).

A região do Vale do Jequitinhonha cresceu em média, anualmente, abaixo de 1%, com destaque para período 1920/1940, em que o Vale comportou um crescimento negativo de -0,5%; o restante do país, no mesmo período, apresentou um crescimento de 0,8%. Nas décadas de 1940 e 1950, a região cresceu 2,2% e 1,1% respectivamente, coincidindo com a elevação da fecundidade no Brasil na década de 1950 (IBGE Apud: NUNES 2001).

De acordo com dados do Censo, entre 1991 e 2000, a taxa de fecundidade total passou de 4,6 para 3,3 filhos por mulher – considerado ainda elevado em relação ao resto do estado de Minas Gerais e do País, mas explicado por grande parte da população residir no campo (IBGE, 2013).

Segundos dados obtidos dos três últimos censos demográficos, em 2000, 43,7% da população do Jequitinhonha residia em áreas rurais, enquanto os 56,2% restantes em áreas urbanas. O ano de 2010 apresentou uma elevação na taxa de urbanização e conseqüentemente, uma redução na população rural (IBGE, 2013).

Numa análise das condições gerais de vida e saúde na avaliação do nível de desenvolvimento de uma região, a taxa de mortalidade infantil pode ser considerada o mais importante indicador. Em 1991, era de aproximadamente 48‰ das crianças. Mesmo com a redução desse valor para 35,39‰ nascidos vivos em 2000, o percentual ainda é considerado extremamente alto no ano de 2010 em relação aos demais segmentos do estado de Minas Gerais, tornando se 27,25% em 2010, apresentando uma importante redução ocorreu para 15,08% (IBGE, Censos Demográficos 1991/ 2000).

Apesar de elevada em números absolutos, a redução da taxa de mortalidade infantil (TMI) no Jequitinhonha para o período considerado, seguiu a mesma tendência apresentada por Minas Gerais e pelo Brasil, fruto da melhoria das condições sanitárias como esgotamento e água tratada, aliado a programas governamentais de ampliação do acesso à saúde pública na região.

Essa melhoria, portanto, repercutiu numa elevação da esperança de vida, entre 1991 e 2000, que obteve um crescimento de 4%, ou três anos – porém ainda

inferior ao do estado em geral e um aumento para 75 anos em 2010 (IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. Apud: MIRANDA, 2013).

Entre os indicadores disponíveis nos dias atuais, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma das principais referências no que concerne à avaliação do nível de desenvolvimento de um país. Para essa função, o IDHM se vale da aglutinação de indicadores simples relacionados à saúde, educação e renda. É uma medida composta de indicadores de: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1.

No ano de 1991, o Vale do Jequitinhonha apresentou um de IDHM de 0,302, contra 0,465 em 2000 e 0,612 em 2010, ainda muito abaixo do IDHM brasileiro, que em 2010 é de 0,727. Em 10 anos, o índice da região apresentou um salto: de índice considerado muito baixo (abaixo de 0,499) para médio (0,600 a 0,699) (IBGE, 2020).

Quanto à renda per capita média verificou-se no Vale do Jequitinhonha um crescimento de cerca de 70 reais entre 1991 a 2000 – a renda em 1991 era de R\$153,28 e em 2000, R\$224,59 e um aumento de cerca de 130 reais na última década – R\$351,55. Ainda se apresentando bem menor que do restante do Estado de Minas Gerais, em que a renda per capita gira em torno de R\$749,69.

Ainda no período 1991 a 2000, a desigualdade de renda no Vale do Jequitinhonha, o que se observa por meio do Coeficiente de Gini: de 0,53 em 1991 esse coeficiente passou para 0,56 em 2000 e se manteve com 0,50 em 2010 propondo que apesar de inúmeros incentivos governamentais focados na diminuição da desigualdade regional não se apresentaram tão eficazes para esse indicador.

INDICADORES ECONOMICOS DO VALE DO JEQUITINHONHA

Uma característica fundamental para a compreensão desses indicadores é retomar a notável característica da região que é a intensa imigração no Vale do Jequitinhonha, podendo ser muito notada no crescimento demográfico médio da mesorregião.

A história de ocupação e povoamento do Jequitinhonha é permeada por eventos desencadeadores das migrações (...) O estigma da forte emigração perpassou todo o século XX. Durante muitas décadas a região parecia estar fadada ao esvaziamento demográfico. (...) Análise dos dados referentes às migrações no

período 1975/2000 revela que o movimento migratório entre o agregado de municípios pertencentes a cada microrregião com os municípios externos a elas passou por intensas modificações. O exame dos saldos migratórios permite verificar que nos 25 anos em análise, as três sub-regiões do Vale apresentaram saldos migratórios negativos que, todavia, admitiram queda ao longo do período 1975/2000. (MIRANDA, 2012).

O período 1991-2000 foi por um significativo aumento do Produto Interno Bruto (PIB) do país – fruto do novo modelo de política econômica adotado, porém, marcado na piora da distribuição de renda. Em relação às demais mesorregiões, o Vale do Jequitinhonha respondeu pelos maiores valores de pobreza ou indigência do estado. Apesar do decréscimo no número de pobres, o Vale mostrou redução inferior à apresentada pelo estado, cuja redução foi de 13,5%.

Considerada em conjunto, a economia brasileira parece ter alcançado uma taxa relativamente alta de crescimento econômico na década de 2000, superando crises que perduram durante um bom tempo na economia. Como consequência, podemos citar significativas mudanças na organização do trabalho – como o aumento do desemprego promovido pela modernização e flexibilização produtiva que propiciaram a ascensão do trabalho informal.

Em 2000, a PEA (População Economicamente Ativa) do Vale do Jequitinhonha era de 279.454 pessoas, sendo 238.671 consideradas efetivamente ocupadas, ao passo que o restante 40.783 (14,59% da PEA) desocupadas ou desempregadas. A taxa de desemprego na mesorregião mostrou-se ligeiramente acima do valor obtido por Minas Gerais no mesmo ano, 14,59% frente aos 14,18% do estado (IBGE, 2012).

Por conseguinte, do total de ocupados no ano 2000, o número de empregados no Vale do Jequitinhonha foi de 140.369 pessoas. Porém, o nível de escolaridade da população ocupada corrobora para a situação de baixa remuneração: em 2000, apenas 2% do total da população economicamente ativa, 5.603 pessoas, dispunham do ensino superior completo, contra aproximadamente 6% no estado (IBGE, 2012).

Podemos auferir que essa baixa escolaridade participante da PEA confirma o baixo investimento público no setor educacional para a mesorregião. Nos dias

atuais, é possível perceber resultados positivos devido a criação do campus da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, instalados a sede na cidade de Diamantina e com campus na cidade de Teófilo Otoni - ocorrida no início de 2010.

SANTOS (2012) mostra que a alta participação da atividade governamental na economia da mesorregião é a Administração Pública que foi o setor mais representativo na estrutura do valor adicionado da região entre 2000 e 2009. Aponta, ainda, um crescimento contínuo do emprego formal no Jequitinhonha na última década, atingindo um total de 56.953 empregados em 2010, sendo a Administração Pública, Comércio e o Setor de Serviços, os setores que, respectivamente, geraram mais empregos em termos absolutos, respondendo por 70% dos postos formais da região.

Os efeitos das transferências de renda sobre essas economias locais devem ser estudados, para que os programas centrem na redução da pobreza e das desigualdades em toda a região e não na formação ou perpetuação de uma dependência desses valores por parte dos municípios.

BOLSA FAMILIA E O JEQUITINHONHA

Por conta da unificação dos programas remanescentes como bolsa escola, bolsa alimentação, auxílio gás e cartão alimentação que o Bolsa Família se tornou o programa de transferência de renda do país e, conseqüentemente da região do Vale do Jequitinhonha.

As famílias beneficiadas do programa passam a ter um compromisso direto com o governo através da educação, saúde e assistência social e a transferência de renda do PBF está condicionada a inserção e a manutenção de crianças e adolescentes entre 06 a 15 anos e jovens de 16 e 17 anos nas redes de ensino, e ao acompanhamento das gestantes, nutrizes e crianças até 07 anos pela rede de saúde (pré-natal vacinação e acompanhamento nutricional). (MOTA, 2010).

Portanto, com a responsabilidade de cumprir essa agenda mínima na área de saúde e educação, o governo associa transferência de renda ao acesso das crianças e adolescentes à educação básica, à permanência na escola, à inserção

dos grupos familiares na rede de saúde impactando claramente nos indicadores socioeconômicos das áreas afetadas.

O Programa Bolsa-Família envolve um grande volume de recursos financeiros sem precedentes na história das políticas sociais do Brasil, estando presente em todos os municípios brasileiros, alcançando quase a totalidade das famílias consideradas indigentes e pobres.

O Governo Federal em 2008, em âmbito nacional, transferiu cerca de um total de R\$203.766.062.325,61, sendo ao programa Transferência de Renda com Condiionalidades – Bolsa Família um montante de 11.084.430.963,65 em todo o país e 25.856.625,97 ao Estado de Minas Gerais, segundo dados de Outubro de 2014 no Portal da Transparência do Governo Federal.

Seis anos depois, em 2014, o total da transferência de recursos em âmbito nacional é de R\$276.230.402.624,47, sendo ao Bolsa Família: 24.822.706.072,00 em todo o país e 1.906.590.969,00 a Minas Gerais.

O Alto Jequitinhonha com suas 19 cidades é responsável por 2,6% do total das cidades beneficiadas com o Bolsa Família em Minas Gerais. Isso aufere um valor de 2,482% do valor destinado ao Estado (Portal da transparencia do Governo Beneficios Sociais da Caixa, 2014). O Médio Jequitinhonha difere do Alto Jequitinhonha já na quantidade de beneficiados do Bolsa Família, sendo responsáveis por 3,4% do Estado de Minas Gerais, um valor de 3,78% do total, mesmo apresentando duas cidades a menos que a anterior (Portal da transparencia do Governo Beneficios Sociais da Caixa, 2014). O Baixo Jequitinhonha apresenta um valor próximo ao do Alto Jequitinhonha, em relação ao número de famílias beneficiadas com o projeto. Porém, possui um valor recebido bem mais alto que do restante das demais mesorregiões, mesmo apresentando o menor número de municípios de toda a região do Vale. O Baixo Jequitinhonha é responsável por 2,09% dos municípios do Estado de Minas Gerais, e uma porcentagem de 2,25 do valor recebido do Estado (Portal da transparencia do Governo Beneficios Sociais da Caixa, 2014).

Conclusão

A região do Jequitinhonha no Início dos anos dois mil apresentou investimentos públicos, principalmente vindos de Programas de transferência de renda, em especial do Bolsa Família. Porém, ainda carece de investimentos públicos, principalmente aqueles que apresentem uma alternativa à escassez da oferta de trabalho – pois, as atividades econômicas como o café, a silvicultura de eucalipto e a pecuária bovina não desempenharam papel de melhoria de condições de vida da população, pois a riqueza se mantém mal distribuída nos municípios e índices como mortalidade infantil e analfabetismo ainda são realidades no Vale do Jequitinhonha.

A mudança do papel do Estado na década de 1990 impactou profundamente no que viria a ser o século XXI no Brasil. O país apresentou a menor taxa de crescimento populacional desde o primeiro censo, em 1872. Entre 2.000 e 2010, a população brasileira cresceu 1,17% ao ano. A redução no crescimento confirmou-se no Censo de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com esse resultado, podemos auferir outros, que o menor crescimento demográfico é resultado de uma drástica queda na taxa de fecundidade – de 5,8 filhos por mulher em 1970 para 1,8 atualmente – apresentando uma população com mais acesso a educação, com mais acesso a informação e serviços de saúde, e mulheres participantes da força de trabalho. Um conjunto de indicadores que aproxima o Brasil dos países desenvolvidos.

Na primeira metade do século XX, a economia do Jequitinhonha se encontrava em total estagnação, restando pouca geração de riqueza além da agropecuária, que era aliado a uma péssima infraestrutura, dificultando seu crescimento econômico – além de apresentar enormes taxas demográficas de fecundidade e mortalidade infantil. Foi daí que surge e se complica a construção da imagem de “bolsões de miséria” do Vale do Jequitinhonha.

As primeiras ações do Estado Nacional na região para a resolução dos problemas em questão se deram na década de 1960, como a isenção fiscal de terras devolutas, além de investimentos em infraestrutura, ligando a região aos grandes centros urbanos, expandindo como apresentado num capítulo anterior, a

silvicultura de eucalipto, a pecuária e as lavouras de café. A partir da década de 1990, a adequação do país ao modelo Neoliberal intensificou a desigual distribuição de renda e o aumento da pobreza e então, apresenta-se o Projeto de Garantia de Renda Mínima como estratégia para o enfrentamento dessas questões sociais. A partir de então, a transferência de renda assume relevância na sociedade brasileira e principalmente nos “bolsões de miséria” que estavam inseridos no país. Com o desenvolvimento e a ampliação cada vez maior desses programas, o Vale do Jequitinhonha passa a apresentar níveis de renda, salário e demais indicadores sociais mais próximos do restante do Estado.

O Bolsa Família, programa de maior abrangência na região, enfraqueceu o coronelismo presente e mudou números. Porém, o que é necessário ressaltar, que a continuidade e o desenvolvimento desses projetos sociais para toda a comunidade vão ao encontro de um dos grandes desafios a serem enfrentados no tema de inclusão social, ou seja, a criação de oportunidades de acesso à habitação, a geração de trabalho e renda, em especial para os segmentos da população excluída do processo desenvolvimentista.

Segundo os dados da Secretária do Tesouro Nacional, as Transferências Intergovernamentais representam 94,14% do orçamento total das prefeituras da região, podendo auferir numa sociedade dependente das transferências diretas da renda para completarem seu orçamento. As prefeituras só conseguem manter suas atividades porque recebem as transferências intergovernamentais e quase a metade dos empregos formais na região são diretamente gerados pelo setor público.

O problema é encontrado na desigualdade estrutural, na violação dos direitos, nas precárias condições de vida que tem origem na estrutura da sociedade. Portanto, o que se percebe é uma sociedade dependente de recursos gerados externamente, sendo necessária a criação de programas e ações complementares, pois dessa forma, não há espaço para uma real mudança na estrutura produtiva da região. Dando espaço, portanto, para a criação de associações e em inúmeras iniciativas de organizações da sociedade civil. Essas práticas de desenvolvimento local são uma das poucas formas de combater os graves problemas da sociedade.

Essas organizações sociais podem vir a contribuir de forma concreta para o desenvolvimento econômico e social da região do Vale do Jequitinhonha e de outras

regiões. O desenvolvimento é desencadeado não só pelo papel do Governo Federal, mas também, por ações de desenvolvimento locais e internas, ações individuais e de coletivos que se tangem a um objetivo comum: as melhorias das condições de vida de uma população. No entanto, a precariedade no planejamento e coordenação de iniciativas voltadas para as características do local, distanciam cada vez mais o Vale de uma trajetória duradoura de desenvolvimento econômico.

Referências

ALVES, Luiz Roberto. Políticas Sociais: Como localizá-las, proceder a sua Avaliação e superar deficiências em sua prática social. Apostilado, ECA/USP, 1998.

AUGUSTO, Hélder dos Anjos. Migração recente nas mesorregiões de Minas Gerais segundo os Censos Demográficos de 1991 e 2000. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2007.

BELLUZZO, Luiz G.M. & ALMEIDA, Julio S.G. Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BRESSER, Luiz Carlos. – A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. p. 58 (Cadernos MARE da reforma do estado; v.1), 1997.

BRANDÃO, Elbe; WILDHAGEN, Cid. Potencialidades e fragilidades de uma região carente de desenvolvimento. In: BRANDÃO, Elbe (org.). Redução das desigualdades: uma das faces do choque de gestão. Belo Horizonte: SEDVAN/IDENE; Crisálida, 2009.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Análise comparativa de programas de proteção social 1995 a 2003. Brasília, 2004, disponível na página www.mds.gov.br, acesso em: 22/11/2020.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A Importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros. Brasília, 2004, disponível na página www.mds.gov.br, acesso em: 22/11/2020.

CALIXTO, J.S. Reflorestamento, terra e trabalho: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no alto Jequitinhonha, MG. Lavras, dissertação (MS), PPGAD/UFLA, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE-UNICAMP, 2002

COLARES, Monica Socorro Pereira. Programa de Transferência de Renda no Brasil e seus desafios futuros. Universidade Federal Fluminense – UFF. 2008

Denyer, D. & Tranfield, D., 2009. Producing a systematic review. In: The Sage handbook of organizational research methods. s.l.:Sage Publications Ltd, pp. 672-689

FERREIRA, A.V.B; MATOS, R. Vale do Jequitinhonha: história e geo-história. Belo Horizonte, v.1, n.2, p.1-83. Laboratório de Estudos Territoriais – Leste: IGC/UFMG, 2000. Semestral, 2002.

FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen. O papel do Estado na década de 90: As mudanças e os interesses que mobilizam tais transformações. Campinas, Dezembro/2004. TCC Unicamp.

FIORI, José Luís (org). O voo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado Desenvolvimentista. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1995.

FIORI, José Luís (org). Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995

FIORI, José Luís (org). 60 lições dos 90. Uma década de neoliberalismo. 2 ed. Rio de Janeiro: Record. 2002.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Produto interno bruto de Minas Gerais: municípios e regiões 1995-2008. Belo Horizonte: FJP, 2008

GUERRERO, Patrícia. Canoa não é força, é Opinião: o Vale do Jequitinhonha contado e cantado por canoeiros. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas (SP), Campinas, 2000.

GUERRERO, Patrícia. Vale do Jequitinhonha: a região e seus contrastes. Revista Discente Expressões Geográficas, nº 05, ano V, p. 81 – 100. Florianópolis, maio de 2009. INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. Projeto de distritos florestais para Minas Gerais. Belo Horizonte, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA – FGV. Disponível na página www.ibre.fgv.br, acesso em 22/12/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo agropecuário de 1995. Rio de Janeiro, 1995

JANNUZZI, P. de M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 4. Ed. Campinas: Editora Alínea, 2009, p. 58.

LIMA, Nei C. Os crespos do sertão. XXV Reunião Brasileira de Antropologia (ABA). Goiânia/GO. JUN, 2006.

MATOS, R. (Coord.). Reestruturação sócio-espacial e desenvolvimento regional do Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte. v. 3. Laboratório de Estudos Territoriais – Leste: IGC/UFMG, 1999/2000. (Relatório de Pesquisa).

MARTINS, R. D. A.; CALDAS, E. L. Uma análise comparada de experiências de desenvolvimento econômico local no Brasil. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 5, n. 3, p. 70-93, 2009^a

MARTINS, R. D. A.; CALDAS, E. L. Visões do desenvolvimento local: uma análise comparada de experiências brasileiras. Interações. 10, n. 2, p. 207-218, 2009^b

MARTINS, R. D. A.; CALDAS, E. L. A articulação de atores e instrumentos de desenvolvimento local no Brasil: um desejo desarticulado? In: SILVA, J. O.; PEDLOWSKI, M. A. (Orgs.). Atores sociais, participação e ambiente. 1. ed. Porto Alegre: Imed/Dacasa, 2008

MELLO E SOUZA, Laura de. Desclassificados do Ouro: A Pobreza Mineira no Século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MIRANDA, Leonardo Caetano. Nos caminhos do Vale: O (DES) Envolvimento no Jequitinhonha. 143f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MEDEIROS, N. III de. Vale do Jequitinhonha: transformações estruturais e intensificação do êxodo no pós-sessenta. 1992. 239 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992. .

MIRANDA, Leonardo C. Nos caminhos do Vale: O (DES) Envolvimento no Jequitinhonha. Belo Horizonte, 2013.

MOURA, Margarida M. Os deserdados da terra. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.

NASCIMENTO, Elaine Cordeiro de. Vale do Jequitinhonha: Entre a carência social e a riqueza cultural. Revista de Artes e Humanidade, nº 4, Viçosa-MG, 2009.

NUNES, M. A. Estruturação e Reestruturações Territoriais da Região do Jequitinhonha em Minas Gerais. 2001. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Organização Humana do Espaço) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001

OHMAE, Kenichi. O fim do estado-nação: a ascensão das economias regionais. Tradução Ivo Korytowsky – Rio de Janeiro: Campus, 1996.

PEREIRA, Leopoldo. O município de Araçuaí. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969.

POCHANN, Márcio; AMORIM, Ricardo. Atlas da exclusão social no Brasil. São Paulo, Cortez, 2003.

RAMALHO, Juliana P.; DOULA, Sheila Maria. O Jequitinhonha nas páginas do jornal Geraes: cultura e territorialidade. In: Contemporâneos. Revista de artes e humanidades. Nº4. Mai/Out. 2009.

RIBEIRO, E. M et al. Agricultura Familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. Revistas Estudos Regionais (RER), Rio de Janeiro, vol. 45, nº 04, 2007, p. 1075-1102.

RIBEIRO, Aureo Eduardo M.; GALIZONI, Flávia Maria; SILVESTRE, Luiz Henrique; CALIXTO, Juliana S.; ASSIS, Thiago de Paula; AYRES, Eduardo B. Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. In: Revista Economia e Sociologia Rural. Brasília, Out/Dez.2007. Vol.45 nº4. 1993.

RIBEIRO, Aureo Eduardo M. As estradas da vida. História da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha, Minas Gerais. Tese de doutorado. IFCH, Unicamp, 1997.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Lembranças da terra: Histórias do Mucuri e Jequitinhonha. Contagem (MG): CEDEFES, 1996.

RIOS-NETO, Eduardo; VIEIRA, Paula MRD. Mulheres de migrantes sazonais no Vale do Jequitinhonha. GT: População e Sociedade no Brasil. XIII Encontro Anual da ANPOCS, 23 a 27 de outubro de 1989. Caxambu, Minas Gerais.

ROCHA. S. Pobreza no Brasil: afinal de que se trata? 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SANTOS, Rafael S. Vale do Jequitinhonha. Temas e problemas. Belo Horizonte. Imprensa oficial, 1971.

SANTOS, J. F. Memórias do Distrito Diamantino. 4ª edição. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora Limitada, 1976. 338p.

Savin-Baden, M. & Major, H. C., 2013. Qualitative Research: The essential guide to theory and practice. 1st ed. Abingdon: Routledge.

SILVA, Joaquim Celso Freire da. POLÍTICAS PÚBLICAS NO VALE DO JEQUITINHONHA: A difícil construção da nova cultura política regional. Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul: 2002.

SILVA, Lussandra Martins da. Atlas ambiental como subsídio aos estudos de sustentabilidade – a bacia do Araçuaí no Vale do Jequitinhonha –, Rio Claro, sp. 2002

SILVA, Maria A. M. Expropiação de la tierra, violencia y migración: campesinos del nordeste de Brasil en los cañaverales de São Paulo. In: Coloquio Internacional Migración y movilidad laboral, 2007, México/DF: UNAM, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. A Política Pública de Transferência de Renda enquanto estratégia de enfrentamento à pobreza no Brasil. Revista de Políticas Públicas, v.7, n.2, 2003.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Os programas de Transferência de Renda na Política Social Brasileira: seu desenvolvimento, possibilidades e limites. Revista de Políticas Públicas, v. 8, n. 2, 2004.

SILVA, Maria Ozarina da Silva e. “Os programas de transferência de renda e a pobreza no Brasil: superação ou regulação?” CAPES e CNPq – UFMA/2004.

SINGER, P. I. O Brasil no limiar do terceiro milênio. Estudos Avançados, v. 14, n. 38, p. 247-259, 2000. Institute for international economics, Washington, DC.

SOARES, F. V.; SOARES, S.; MEDEIROS; M., OSÓRIO; R. Programas de Transferências de Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade e a pobreza. Brasília: IPEA, 2006.

SOUZA, João Valdir A. de. Luzes e sombras sobre a história e a cultura do Vale do Jequitinhonha. In: SANTOS, G. R. (Org). Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas: Considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros/MG: Best Comunicação e Marketing, 1997.

VALLA, Victor V.; STOTZ, Eduardo N.; ALGEBAILLE, Eveline B. (Orgs.). Para compreender a pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto Escola Nacional de Saúde Pública, 2005.

WILLIANSO, John. Latin American Adjustment: How Much Has Happened? Washington: Institute for International Economics.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review*)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 05/2021

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424